

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho 3 / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0497-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.972220509>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).

II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A terceira coleção do livro “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 3” é composta de diversos capítulos, tendo como objetivo principal ajudar na construção do debate científico. A primeira edição da coleção apresenta diversos artigos interessantes para o debate do mercado de trabalho, o segundo volume também aborda de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos, revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia. A terceira edição da coleção aborda questões multidisciplinares nas áreas de mercado e relações de trabalho.

O objetivo principal da obra é apresentar de forma categorizada estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados ao debate do mercado de trabalho.

Nesta obra são debatidos vários temas importantes com o intento de fundamentar o conhecimento científico, contribuindo a todos os leitores que de alguma forma se interessam pelo estudo do mercado de trabalho. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da escolarização no desenvolvimento econômico. Das condições socioambientais de catadores de resíduos, da mão de obra feminina no mercado financeiro, entre outros trabalhos.

A organização desta obra não está fundamentada sob uma única temática, considerando a diversidade de tópicos e métodos que são apresentados. Nesta obra, o leitor terá a oportunidade de contemplar 6 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

A existência do terceiro volume de uma obra que debata o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Assim, a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 3” é composta de trabalhos fundamentados nos resultados práticos obtidos pelos diversos estudantes, professores e demais profissionais que desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática.

Considerando a importância da divulgação científica, a editora Atena, em mais uma obra, auxilia na construção do conhecimento, auxiliando toda a comunidade científica na divulgação de seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO


Adelcio Machado dos Santos
Rita Marcia Twardowski
Audete Alves dos Santos Caetano
Danielle Martins Leffer
Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205091>

CAPÍTULO 2..... 13

O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO RELATO FINANCEIRO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Maira José Antônio Francisco
Cristina Belmira Gaio Martins da Silva
Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205092>

CAPÍTULO 3..... 31

PERCEÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS CATADORES DE RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DUQUE DE CAXIAS


Isabela Yasmin das Chagas Rodrigues
Christiane Florinda de Cima Aires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205093>

CAPÍTULO 4..... 42

RESENHA - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. O ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: PARA A CRÍTICA DAS VISÕES REGULACIONISTAS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001

Bruna Feitosa Serra de Araújo
Catia da Silva Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205094>

CAPÍTULO 5..... 50

MULHERES E O MERCADO FINANCEIRO: COMPREENDENDO A MÃO DE OBRA FEMININA E O MERCADO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

Karina Silva Guimarães
Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205095>

CAPÍTULO 6..... 63

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS ATRIBUIDAS AOS CONTADORES PÚBLICOS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS

Daniela Pegoraro

Elisane da Cas
Taísa Maria Rossato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205096>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	76
ÍNDICE REMISSIVO.....	77

CAPÍTULO 2

O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO RELATO FINANCEIRO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 01/09/2022

Maira José António Francisco

Docente da Unilurio Business School

Cristina Belmira Gaio Martins da Silva

Professora da ISEG - Universidade de Lisboa

Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

Professor da Unilurio Business School

RESUMO: Este estudo pretende analisar o impacto da adoção das *International Financial Reporting Standards* por empresas em Moçambique e perceber se existem alterações significativas nas demonstrações financeiras com a alteração do normativo nacional- Plano Geral de Contas (PGC) para a norma internacional- *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Os resultados obtidos sugerem que com a alteração do normativo existe uma variação significativa positiva na média do Capital Próprio de 4,94% e o Resultado Líquido regista uma diminuição de 38,61%. As rubricas que sofreram os ajustamentos mais significativos e que contribuíram para os impactos registados foram: Ativo Intangível, Ativo Financeiros Disponíveis para Venda, Ativo por Imposto Diferido, Caixa e Equivalentes, Empréstimos, Outros Credores, Outros Passivos Correntes, e os rácios *Debt-to-Equity*, Liquidez Geral, Liquidez Reduzida, Rendibilidade Líquida das Vendas e Rendibilidade dos Capitais Próprios.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção das IFRS, Empresas, Moçambique.

1 | INTRODUÇÃO

O processo de globalização na economia tem contribuído para o crescimento do investimento externo, e para a internacionalização dos negócios e serviços. No entanto, as práticas contabilísticas variam de país para país de acordo com a sua conjuntura, política, cultural, económica e fiscal, o que dificulta a comparabilidade do relato financeiro. Assim, o processo da harmonização contabilística tem como o objetivo a normalização das práticas contabilísticas de diferentes países de modo que as suas demonstrações financeiras sejam passíveis de comparação. Os benefícios da implementação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) incluem a harmonização de práticas contabilísticas entre os países que as adotam, que por sua vez levam a maior comparabilidade, a menores custos de transação e maior investimento internacional, (Iatridis 2008).

Chen et al. (2010) estudam o papel das IFRS na qualidade do relato financeiro na União Europeia, e argumentam que existem duas principais escolas de pensamento de debate sobre as IFRS e a harmonização contabilística; os proponentes e os oponentes. Os primeiros defendem que um único conjunto de normas de contabilidade ajudam a reduzir a assimetria de informação, o custo do capital e contribui para o aumento do fluxo do capital através das

fronteiras. Os segundos defendem que as características do ambiente, o local dos negócios, e os órgãos institucionais determinam a forma e o conteúdo das normas contabilísticas, pois as normas de contabilidade relativamente a dois países não precisam de ser as mesmas, e que o uso das IFRS não irá melhorar a qualidade da contabilidade.

A adoção das IFRS tem vindo a ser estudada por vários autores em muitos países. No entanto, são poucos os estudos que analisam a realidade africana, e concretamente as empresas Moçambicanas. Este trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto da adoção das IFRS nas empresas em Moçambique, a partir das suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim, foram definidos dois objetivos:

- Analisar o impacto da adoção das IFRS nas rubricas das Demonstrações Financeiras e nos Indicadores Económicos Financeiros, a 31 de Dezembro de 2009.
- Identificar e analisar quais as rubricas das Demonstrações Financeiras e Indicadores Económicos Financeiros, registaram alterações significativas com a transição do normativo PGC para IFRS, a 31 de Dezembro de 2009.

A motivação do estudo prende-se ao facto de serem escassos os estudos que falam sobre a África, em particular sobre Moçambique. Pois, os vários estudos que existem relacionados com o tema são para países da Europa e da Ásia.

1.1 Enquadramento Empresarial em Moçambique

Citando a Bolsa de Valores de Moçambique (2015), a economia de Moçambique é caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do país, sendo que o sul é mais desenvolvido que o Norte. A estratégia utilizada para inverter a dissimetria existente foi a adoção de uma economia centralmente planificada que tem vindo a registar um notável crescimento económico. Os setores com maior potencial económico, para a atração de investimentos no país, são as áreas do agro- agricultura, agricultura, turismo, pesca e mineração.

O Governo tem vindo a desenvolver vários projetos que têm contribuído significativamente para o crescimento do investimento global e internacional em várias regiões do país. Os projetos mais relevantes são: o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores, Ferro - Portuários e Complexos Turísticos. O Produto Interno Bruto real em Moçambique cresceu 7,6% em 2014 e as previsões de crescimento para 2015 e 2016 eram de 7,5% e 8,1%, respetivamente. Este aumento deve-se maioritariamente aos setores da construção, transportes e comunicações. Os Indicadores Económicos Financeiros das empresas em 2012, indicavam que as Empresas de Pequena e Média dimensão (PME) representavam a maioria das entidades com fins lucrativos, cerca de 96% do total do setor empresarial Moçambicano, (Instituto Nacional de Estatística, 2012).

1.2 Enquadramento do normativo em Moçambique

A normalização contabilística, e todos os documentos que regem os órgãos

governamentais, têm muita influência do país colonizador – Portugal. Em termos de normalização contabilística, o país teve o seu primeiro Plano Geral de Contabilidade (PGC) em 1984, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 13/84 de Dezembro. Este era de aplicação obrigatória para todas as empresas Moçambicanas, exceto para as empresas do Setor Bancário e Seguradoras que detinham um normativo próprio. Para além do PGC, existem outras legislações complementares, nomeadamente: a legislação fiscal, o código comercial, os códigos tributários e os diplomas ministeriais. O crescimento da economia e a conjuntura política do país criaram a necessidade de revisão do PGC. Assim, em 2006 foi aprovado um novo PGC, que entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2007.

O crescimento económico do país, associado ao potencial de recursos minerais que o país dispõe, atraiu o investimento externo e aumentou a necessidade de adoção do normativo internacional. O Decreto nº 70/2009 aprovou um novo Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial designado por (SCE), baseado nas normas internacionais de relato financeiro. O SCE inclui dois planos de contas: o Plano Geral de Contas – Normas Internacionais Relato Financeiro (PGC-NIRF), aplicável às empresas de grande e média dimensão, desde 1 de Janeiro de 2010, e o Plano Geral Contas-Pequenas Empresas (PGC-PE), para as pequenas empresas, desde 1 de Janeiro de 2011.

Os requisitos da adoção do PGC-NIRF em Moçambique foram no âmbito da aplicação obrigatória para as empresas públicas ou empresas de capitais maioritariamente públicos, sociedades com títulos cotados em bolsas de valores e sociedades comerciais que ultrapassem, com base nas suas Demonstrações Financeiras anuais individuais, um dos seguintes limites:

	Empresas de grande dimensão	Empresas de média dimensão	Observação
Total de proveitos e ganhos	≥1,275	≥500 <1,275	Metical
Ativo líquido	≥1,275	≥500 e <1,275	Metical
Média anual de trabalhadores	≥500	≥250 e <500	Metical

Tabela 1- Classificação das empresas que integram o grupo das PGC-NIRF

Elaboração a partir do decreto nº 70/ 2009

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Harmonização Contabilística

A informação sobre a harmonização contabilística e as práticas contabilísticas em Moçambique é praticamente inexistente. A contabilidade em Moçambique é efetuada com base no PGC para as Pequenas Empresas, e o PGC-NIRF para as Grandes e Médias Empresas, e complementada pela legislação governamental, denotando-se uma forte

influência da fiscalidade sobre a contabilidade.

Vários estudos abordam as causas da diversidade de práticas contabilísticas no âmbito da normalização contabilística em diferentes países. Segundo Nobes & Parker (2008), uma das causas da diversidade contabilística é o efeito do imperialismo, pois a contabilidade de muitos países africanos ou asiáticos são fortemente influenciados por outras, principalmente as dos antigos colonizadores.

Segundo os mesmos autores, os sistemas contabilísticos podem agrupar-se em dois grupos: o primeiro é o Sistema Anglo-saxónico usado sobretudo por países com influência inglesa, como Estados Unidos, Irlanda, Índia e Austrália, baseado no direito inglês, onde a profissão do contabilista é antiga, de grande dimensão e forte, e o mercado de capitais é grande. A contabilidade está orientada para o investidor, para uma imagem verdadeira e apropriada, existe muita divulgação, existe a separação entre as regras contabilísticas e as fiscais predominando os *standards* profissionais e a substância sob a forma. O segundo é o Sistema Continental, baseado no direito romano, sendo que a profissão do contabilista é recente, de pequena dimensão e fraca, e os mercados de capitais são pequenos. A contabilidade está orientada para o credor e para a forma legal, existe pouca divulgação, a fiscalidade domina as regras contabilísticas, predominando as disposições governamentais e a forma sob a substância.

Os países de língua oficial Portuguesa nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe apresentam um sistema de contabilidade orientado para a fiscalidade, pois, a informação relativa às práticas contabilísticas, os decretos e legislações complementares, são de carácter governamental (Santos 2006).

De acordo com Niyama (2005), as causas da diversidade contabilística estão associadas à estrutura legal dos países, podendo estas últimas ser classificadas como, *common law* ou *code-law*. O primeiro é influente em países como a Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Austrália e Nova Zelândia, onde o nível de exigências sobre o detalhe das normas não é obrigatório, facilitando a possibilidade de maior gestão de resultados. O segundo, *code law*, é influente em países como Alemanha, França e Japão, onde o nível de exigência sobre o detalhe das normas é maior o que não favorece a maior flexibilidade na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Emeni (2004) estuda o Investimento Direto Estrangeiro e a adoção das IFRS em 46 países da África, e afirma que a harmonização contabilística a nível mundial das informações financeiras e relatórios financeiros, relatadas através das IFRS, é uma resposta da contabilidade sobre a integração dos mercados de capitais.

Contrariamente, Murphy (2000) estuda o impacto do uso das IFRS sobre a harmonização das práticas contabilísticas, e conclui que existe pouca evidência de que a adoção das IFRS seja o principal fator para o aumento do nível de harmonização. Segundo Carlson (1997), os métodos utilizados para alcançar a harmonização variam em

forma e eficácia. A União Europeia, por exemplo, tem um grupo de peritos representantes da contabilidade dos países membros que reportam a um órgão legislativo, que tem a capacidade de impor normas através do Tribunal de Justiça Europeu.

2.1.1 Vantagens da Harmonização Contabilística

O processo da harmonização contabilística tem como o objetivo a normalização das práticas contabilísticas de diferentes países de modo que as suas demonstrações financeiras sejam passíveis de comparação. Os benefícios da implementação das IFRS incluem a harmonização de práticas contabilísticas entre os países que as adotam, que por sua vez levam a maior comparabilidade, a menores custos de transação e maior investimento internacional, (Iatridis 2008).

Navarro-García & Bastida (2010) argumentam que para vários países as IFRS são vistas como sendo de alta qualidade para o processo de tomada de decisão e a sua adoção tem vindo a melhorar a qualidade da informação contabilística. Iatridis (2008) afirma que a adoção das IFRS tende a fornecer aos credores informação credível relativa à qualidade da preparação de contas das empresas e à capacidade de pagamento de dívidas.

Madawaki (2012) estuda a adoção das IFRS em países em desenvolvimento concretamente na Nigéria, e refere os potenciais benefícios da adoção das IFRS.

- A promoção da compilação de dados significativos sobre o desempenho das várias entidades que fazem o relato financeiro a partir do nível público e privado na Nigéria, facilitando a comparabilidade, a transparência, a eficiência e confiabilidade dos relatórios financeiros neste país.
- A garantia de decisões úteis e significativas em carteiras de investimentos; os investidores podem comparar os resultados das empresas e tomar decisões de investimento, bem como a atração de investimento estrangeiro direto.
- A garantia de um acesso mais fácil ao capital externo para as empresas locais.
- A redução do custo ao fazer negócios através das fronteiras.
- A facilidade da consolidação de informações financeiras da mesma empresa com escritórios em países diferentes.
- A fácil regulação da informação contabilística.
- A melhor qualidade da informação financeira para os acionistas e autoridades de supervisão.
- A facilidade de acesso aos passivos fiscais das empresas multinacionais, por parte do governo.

2.1.2 Obstáculos da Harmonização Contabilística

Nobes (2011) argumenta que as práticas contabilísticas são propensas a influências

nacionais profundamente enraizadas e de longa duração, e como tal, são resistentes mesmo às tentativas prolongadas de harmonização internacional. Hung & Subramanyam (2007) estudam a adoção das IFRS na Alemanha, e concluem que apesar do grande impacto das IFRS nas demonstrações financeiras, as normas de contabilidade por si só não têm um impacto significativo sobre a relevância do valor e periodicidade das informações das demonstrações financeiras.

Também Ball et al. (2003) concluem que a qualidade da informação financeira é uma função endógena do mercado, e de influências políticas que são específicas de cada país. E realçam que a qualidade dos relatórios financeiros é um conceito elusivo, tendo em vista a diversidade do uso da informação contabilística. Chaney et al. (2011) argumentam que a qualidade da informação contabilística relatada por empresas que possuem ligações políticas é regularmente baixa relativamente às empresas que não apresentam estas ligações.

Carlson (1997) estuda o avanço da harmonização das normas internacionais de contabilidade, e argumenta que o nacionalismo pode ser um grande impedimento para a mobilização da harmonização. Os governos podem visualizar tentativas do *International Accounting Standards Committee* (IASB) para alterar as regras contabilísticas nacionais e infrações sobre a soberania nacional. O nacionalismo pode ser um grande impedimento para a mobilização da harmonização, e as nações em desenvolvimento, e as que foram colónias de potências imperiais são particularmente sensíveis a intrusões.

Assenso – Okofo et al. (2011) estudam o desenvolvimento da contabilidade e reporte no Gana. Concluem que as práticas contabilísticas são significativamente influenciadas não só apenas pelos regulamentos institucionais, como também por fatores legais, políticos e económicos. Os autores apelam à necessidade de uma reforma das instituições que implementam as normas contabilísticas e à revisão das leis das empresas, para que as políticas contabilísticas e práticas de divulgação melhorem, pois as normas por si só não são eficazes.

Madawaki (2012) afirma que os desafios práticos que podem surgir com a adoção das IFRS na Nigéria devem ser identificados. Através de estudos já realizados, o autor menciona a questão do potencial défice do conhecimento, o efeito do sistema legal, o efeito do sistema de imposto, a educação e formação, a execução e o cumprimento do mecanismo como os principais obstáculos.

2.2 Impacto da adoção das IFRS em diferentes países

Vários autores têm vindo a estudar a implementação das IFRS e o seu impacto na qualidade da informação contabilística, no entanto são escassos os que analisam países do continente africano. Navarro – García & Bastida (2010) concluem que existem grandes diferenças na forma de relato, mesmo quando se trata de países que tenham o mesmo sistema jurídico-legal. Ames (2013), no seu estudo sobre a adoção das IFRS e a qualidade

contabilística no caso da África do Sul, constatou que a adoção das normas contabilísticas varia de acordo com as características de cada país, no que diz respeito a aspetos legais, culturais, económicos e políticos. O mesmo conclui que as IFRS não melhoraram a qualidade de todas as componentes do relato financeiro.

Num estudo sobre fatores que influenciam a adoção das IFRS por países africanos, Stainbank (2016) sugere que os fatores como o crescimento económico, o nível de educação, a abertura económica externa, a cultura e o tamanho do mercado de capitais podem influenciar no impacto da adoção das IFRS. Num estudo sobre a relevância e a observância das IFRS nos países em desenvolvimento, no caso do Zimbábue, Chamisa (2000) conclui que a relevância das normas nos países em desenvolvimento depende do ambiente específico em que as normas devem ser aplicadas, e que em grande parte as IFRS são irrelevantes no caso dos países em desenvolvimento comunista, onde o setor público domina a economia e aonde não existem mercados de capitais. O mesmo autor refere que quando os países em desenvolvimento adotam as IFRS como normas nacionais, o objetivo principal não é o de alcançar a harmonização internacional de contabilidade, mas sim satisfazer a necessidade de ter normas de contabilidade e de informações adequadas.

Segundo Alp & Ustundag (2009), a necessidade da adoção das IFRS na Turquia, foi criada por motivos idênticos aos dos países em desenvolvimento que as adotam, e pelo facto de ser um mercado emergente. No entanto com a internacionalização dos mercados de capitais e o aumento do volume de investimentos internacionais, foi necessário que as empresas na Turquia adotassem as IFRS, de forma a proporcionar uma informação financeira de alta qualidade.

2.3 Indicadores Económicos Financeiros

Para o estudo foram definidos 9 indicadores económicos financeiros classificados em rácios de estrutura financeira: Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e *Debt-to-Equity*; rácios de liquidez: Liquidez Geral e Liquidez Reduzida e os rácios de rentabilidade: Rentabilidade Líquida das Vendas, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Capital Próprio. Os rácios ou indicadores são instrumentos de apoio à gestão, para sintetizar uma quantidade abundante de dados, de modo a estabelecer a relação das contas, agrupamentos das contas do balanço e da demonstração de resultados. O uso de rácios é uma técnica eficiente para detetar os resultados da análise financeira, e importante para os investidores, porque facilita a comparação do desempenho e da estrutura financeira ao longo do tempo (Neves, 2012).

2.4 O Impacto da adoção das IFRS nos Indicadores Económicos Financeiros

Vários autores realizaram estudos sobre as consequências da adoção das IFRS não só nas principais rubricas das Demonstrações Financeiras, mas também nos Indicadores Económicos-financeiros.

Lantto & Sahlstrom (2009) realizaram um estudo sobre o impacto da adoção das IFRS nos rácios financeiros das empresas Finlandesas. O resultado indica que com a adoção das normas internacionais há mudanças significativas em alguns rácios e em outros não. Para o efeito foi analisada a Margem do Lucro Operacional (OPM), a Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) e a Rendibilidade dos Capitais Investidos (ROIC). A alavancagem financeira foi avaliada através do rácio da Liquidez Geral (LG), Liquidez Reduzida (LR) e o rácio de mercado foi analisado através do *Price-to-earnings* (PER). Os resultados do estudo indicam que a adoção das IFRS alterou a magnitude dos principais rácios contabilísticos das empresas Finlandesas, de uma forma considerável; observou-se uma diminuio de 11% no PER e uma diminuio ligeira no Capital Próprio. Assim, após a conversão das DFS para as IFRS, constatou-se que apenas a Liquidez Geral não se alterou de forma significativa, e que houve um aumento nos rácios de rendibilidade entre 9 e 19%. O aumento dos rácios de rendibilidade e a reduo do PER, são explicadas pelo aumento dos rendimentos, e a diminuio do Capital Próprio,  explicada pela alterao no rácio de alavancagem financeira, e a reduo da LR  explicada sobretudo pelo aumento do Passivo Circulante.

Num estudo sobre o impacto da adoção das IFRS nos relatórios financeiros das empresas em Portugal, Cordeiro et al. (2007) concluíram que todas as rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultado registaram variaoes significativas. Observou-se um aumento no valor Total dos Ativos, do Capital, do Passivo e do Resultado Líquido em 1,5%; 3,2%; 3,4% e 14,7%, respetivamente. O impacto mais significativo verificou-se no Resultado Líquido, nos ajustamentos para imobilizaoes financeiras e na dvida. Victor (2010) estudou o impacto da adoção das IFRS nos Indicadores Econmicos- Financeiros nas empresas Cotadas na *Euronext* Lisboa e concluiu que os resultados do estudo sugerem que com a adoção das IFRS houve um impacto positivo estatisticamente significativo, nos rácios de Liquidez Reduzida, Rendibilidade Líquida das Vendas, Rendibilidade do Ativo, Rendibilidade do Capital Próprio.

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com o Boletim da República, I Série- Número 50, através do Decreto não 70/2009 de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial baseado nas IFRS. As empresas têm por obrigao apresentar as suas Demonstraoes Financeiras, de acordo com o normativo internacional para empresas de mdia e grande dimensão a partir de 2010. Desta forma, em 2009 as empresas tiveram que apresentar as Demonstraoes Financeiras de acordo com o normativo nacional e internacional, possibilitando a análise do impacto da adoção das normas internacionais.

3.1 Amostra, recolha e tratamento dos dados

Com base a Revista da KPMG (2011), do ranking das 100 maiores empresas de Moçambique, foi possível identificar as empresas para o estudo, e efectuar a pesquisa no *website* das empresas, de modo a obter os relatórios de conta anual, referente ao período de 2009 e 2010.

Conforme o Decreto nº 70/2009 de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial baseado nas IFRS, foram verificadas as empresas que adotaram as IFRS. Assim, de forma que as informações fossem comparáveis, foi definido que para o estudo seriam utilizadas as DFS individuais das empresas, pelo facto de se ter constado que as empresas nacionais, aquelas em que foi possível aceder ao respetivo *website*, apresentavam nos seus relatórios financeiros, as contas individuais.

O estudo tem como amostra as empresas de média e grande dimensão em Moçambique que adotaram as NIRFS no período de 2010. Para o efeito, foi possível obter as informações das DFS relativas a 31 empresas que operam no mercado Moçambicano. Assim, foram excluídas da amostra 23 empresas, devido ao facto de algumas não terem disponível a informação relativa ao período de estudo, informação indisponível no *site* das empresas; outras pelo período de adoção ter sido em 2013; outras por apenas terem disponíveis as demonstrações financeiras consolidadas. Outros casos estão relacionados ao fato de já terem adotado as IFRS antes de 2010 e ainda um caso por se tratar de uma empresa do setor de seguros. Como tal, não se ajustam ao estudo em causa, mantendo-se assim a amostra com um total de 8 empresas.

O estudo centra-se na análise das Demonstrações Financeiras das empresas Moçambicanas, pelo que foi necessário proceder à recolha dos relatórios de contas nos *Web sites* das empresas para o mesmo período antes da alteração, no normativo PGC, e para as normas internacionais (IFRS) referentes a 31 de Dezembro de 2009.

3.2 Rubricas das Demonstrações Financeiras

Depois da recolha de dados das DFS, realizou-se a organização e formatação dos dados, de modo a ficarem padronizados, e apresentados de acordo com o normativo internacional (IFRS).

3.3 Testes estatísticos

De acordo com o primeiro objetivo do estudo, pretende-se analisar as alterações ocorridas com a transição do normativo nacional, o PGC, para o normativo internacional, as IFRS, nas rubricas do Balanço, Demonstrações de Resultados e nos Indicadores Económico-Financeiros. Numa primeira fase, serão analisadas as estatísticas descritivas de acordo aos dois normativos. De seguida, a fim de estudar o impacto das alterações, serão efectuados testes estatísticos, no programa SPSS, concretamente, testes de hipóteses à igualdade de médias. Para o efeito, serão aplicados os testes de aderência à distribuição

normal das variáveis¹, e o teste de aderência à normalidade Kolmogorov-Smirnov, com correção de Lilliefors, e o teste de Shapiro-Wilk.

Às variáveis cujos resultados sugerem que seguem uma lei normal, serão aplicados os testes paramétricos (Teste t-Student), com a finalidade de testar a igualdade de médias entre duas amostras emparelhadas, como também, testes de igualdades de medianas (Teste de Wilcoxon e de Sinal). Para as variáveis que apresentarem resultados que não seguem uma lei normal, será aplicado o Teste de Wilcoxon para uma mediana populacional, um teste não paramétrico a usar quando se deseja comparar a medida de tendência central da população sob estudo, com um determinado valor teórico (Marôco, 2014).

Para a utilização do Teste t-Student é necessário que haja correlação entre os dois grupos (Prestana & Gageiro, 2000). Presume-se que as amostras são emparelhadas pelo facto de se estudarem as mesmas variáveis com normativos diferentes, antes e depois da adoção das IFRS para as mesmas empresas. Assim, se o resultado sugerir que se aceita a hipótese nula, conclui-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nas variáveis; se a hipótese nula for rejeitada, sugere-se que as médias das rubricas segundo o PGC e as IFRS diferem, sugerindo que a alteração do normativo teve um impacto significativo nas variáveis.

4 | RESULTADOS

4.1 Estatística descritiva

Para a análise das estatísticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e da Demonstração de Resultados, de acordo com o normativo nacional e internacional, será feita uma análise referente à transição do normativo. As análises descritivas das rubricas das DFS e dos rácios económicos financeiros respetivamente.

Os resultados demonstram que se registou uma maior variação, nas seguintes rubricas do Balanço: Ativo Intangível registou uma variação de 36,27%, Ativo Financeiros Disponíveis para Venda de 375%, Ativo por Imposto Diferido de 87,34%, Caixa e Equivalentes de 20,89%, Empréstimos de 2,94%, Outros Credores 16,28%, Outros Passivos Correntes 419,31%. Em todas as rubricas registou-se um aumento significativo com a adoção das IFRS exceto: o Investimento que apresenta uma diminuição de 4,61%, o Resultado Líquido diminui em 44,29%, Outros Passivos não Correntes em 27,25%, Passivo por Imposto Diferido de 31,69%. Nas rubricas da Demonstração de Resultado, o Resultado Operacional registou-se um aumento de 6,37% ao inverso do Resultado Líquido que diminui em 38,61%.

¹ Entende-se por variáveis as rubricas do Balanço, da Demonstração de Resultados e os indicadores económico-financeiros

4.1.1 Análise da transição de PGC para as IFRS nas rubricas agregadas das DFS

Na tabela 2 são apresentados as estatísticas descritivas das rubricas agrupadas das DFS em ambos os normativos.

Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo PGC

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 684 314 809	682 203 350	2 199 203 837	21 903 650	5 707 017 079	1.2899	0.1603
T.Ativ.Cor	2 266 846 523	739 786 108	3 395 353 279	541 282	9 778 048 323	1.8846	3.5928
T. Ativo	3 951 161 332	1 421 989 457	4 739 183 628	26 420 535	11 512 314 791	0.7386	- 1.5562
T.Cap.Pró	1 332 176 241	271 532 864	1 759 060 415	- 277 640 067	3 534 097 568	0.5991	- 2.2054
T.Pas.NCor	1 007 168 980	569 184 976	1 312 411 634	1 911 662	3 601 296 453	1.4031	1.0873
T.Pas.Cor	1 595 547 354	701 318 927	1 926 968 151	270 680	4 376 920 769	0.7774	- 1.3725
Total Pass	2 602 716 333	1 270 503 902	3 051 901 077	2 182 342	7 978 217 223	0.8778	- 0.7227
T.Pas.C.Próp	3 934 892 575	1 356 966 467	4 751 082 959	26 420 535	11 512 314 791	0.7403	- 1.5616
RO	334 152 520	87 646 052	651 027 505	- 89 079 443	1 876 648 004	2.4032	6.0408
R.L	171 477 467	11 041 005	469 118 577	- 108 644 357	1 324 625 079	2.7505	7.6844

Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo IFRS

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 949 440 067	1 167 060 792	2 496 515 679	21 903 650	7 069 557 335	1.4914	1.7383
T.Ativ.Cor	2 282 207 786	768 072 247	3 421 187 810	3 172 213	9 889 731 756	1.9097	3.7549
T. Ativo	4 231 654 785	2 015 275 158	4 830 538 823	26 357 779	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
T.Cap.Pró	1 397 943 244	407 697 283	1 795 864 281	44 117 497	4 511 335 526	1.0522	- 0.5891
T.Pas.NCor	876 671 730	648 540 402	973 105 987	2 228 551	2 635 178 341	0.8730	- 0.2758
T.Pas.Cor	1 959 881 571	842 688 579	2 566 979 731	307 264	7 018 790 890	1.3041	0.9209
Total Pass	2 836 553 301	1 607 577 876	3 169 106 520	2 535 814	7 999 137 750	0.7019	- 1.3066
T.Pas.C.Próp	4 231 662 625	2 015 275 158	4 830 531 024	26 420 535	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
RO	355 469 007	13 018 918	880 911 899	- 71 485 691	2 523 871 920	2.7688	7.7415
R.L	105 278 318	- 16 582 796	551 707 111	- 344 416 278	1 438 272 564	2.5501	6.9581

Legenda: T. Ativ. N. Cor- Total do Ativo não Corrente; T. Ativ. Cor- Total do Ativo Corrente; T. Ativo- Total do Ativo; T.Cap. Próp-Total do Capital Próprio; T. Pas. N. Cor- Total do Passivo não Corrente; T. Pas. Cor- Total do Passivo Corrente; Total Pass-Total do Passivo; RO-Resultado Operacional; R.L-Resultado Líquido.

Tabela 2- Estatísticas Descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR

Na análise da estatística descritiva das rubricas agregadas do Balanço e da Demonstração de Resultados da amostra das empresas, de acordo com o normativo PGC e as IFRS, nota-se que o ativo quando calculado com as IFRS apresenta uma subida de 7,08% face ao PGC. No entanto, a estrutura do Ativo, Corrente e não Corrente, mantém-se a mesma. O Total do Capital Próprio apresenta um ligeiro aumento, passando de 1.332 Milhões de Meticais para 1.397 Milhões de Meticais, apresentando uma subida de 4,87%. O Total do Passivo apresenta em média um valor de 2.602 Milhões de Meticais e 2.836 Milhões de Meticais, segundo o PGC e as IFRS, respectivamente, atingindo um crescimento de 8,99%. Em termos de resultados, verifica-se que enquanto o Resultado Operacional registou um acréscimo de 6,37%, o Resultado Líquido sofreu um decréscimo de 37,3%.

Verificamos portanto, que as rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados

apresentam um coeficiente de assimetria superior a 0 (zero) em ambos os normativos, ou seja, a assimetria é positiva e não segue uma distribuição normal.

4.1.2 Comparação dos Indicadores Económicos- Financeiros calculados de acordo com o PGC para as IFRS nas rubricas DFS

A tabela 3 tem os dados referentes às amostras das empresas em ambos os normativos.

Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo PGC

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 684 314 809	682 203 350	2 199 203 837	21 903 650	5 707 017 079	1.2899	0.1603
T.Ativ.Cor	2 266 846 523	739 786 108	3 395 353 279	541 282	9 778 048 323	1.8846	3.5928
T. Ativo	3 951 161 332	1 421 989 457	4 739 183 628	26 420 535	11 512 314 791	0.7386	- 1.5562
T.Cap.Pró	1 332 176 241	271 532 864	1 759 060 415	- 277 640 067	3 534 097 568	0.5991	- 2.2054
T.Pas.NCor	1 007 168 980	569 184 976	1 312 411 634	1 911 662	3 601 296 453	1.4031	1.0873
T.Pas.Cor	1 595 547 354	701 318 927	1 926 968 151	270 680	4 376 920 769	0.7774	- 1.3725
Total Pass	2 602 716 333	1 270 503 902	3 051 901 077	2 182 342	7 978 217 223	0.8778	- 0.7227
T.Pas.C.Próp	3 934 892 575	1 356 966 467	4 751 082 959	26 420 535	11 512 314 791	0.7403	- 1.5616
RO	334 152 520	87 646 052	651 027 505	- 89 079 443	1 876 648 004	2.4032	6.0408
R.L	171 477 467	11 041 005	469 118 577	- 108 644 357	1 324 625 079	2.7505	7.6844

Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo IFRS

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 949 440 067	1 167 060 792	2 496 515 679	21 903 650	7 069 557 335	1.4914	1.7383
T.Ativ.Cor	2 282 207 786	768 072 247	3 421 187 810	3 172 213	9 889 731 756	1.9097	3.7549
T. Ativo	4 231 654 785	2 015 275 158	4 830 538 823	26 357 779	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
T.Cap.Pró	1 397 943 244	407 697 283	1 795 864 281	44 117 497	4 511 335 526	1.0522	- 0.5891
T.Pas.NCor	876 671 730	648 540 402	973 105 987	2 228 551	2 635 178 341	0.8730	- 0.2758
T.Pas.Cor	1 959 881 571	842 688 579	2 566 979 731	307 264	7 018 790 890	1.3041	0.9209
Total Pass	2 836 553 301	1 607 577 876	3 169 106 520	2 535 814	7 999 137 750	0.7019	- 1.3066
T.Pas.C.Próp	4 231 662 625	2 015 275 158	4 830 531 024	26 420 535	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
RO	355 469 007	13 018 918	880 911 899	- 71 485 691	2 523 871 920	2.7688	7.7415
R.L	105 278 318	- 16 582 796	551 707 111	- 344 416 278	1 438 272 564	2.5501	6.9581

Legenda: T. Ativ. N. Cor- Total do Ativo não Corrente; T. Ativ. Cor- Total do Ativo Corrente; T. Ativo- Total do Ativo; T.Cap. Próp-Total do Capital Próprio; T. Pas. N. Cor- Total do Passivo não Corrente; T. Pas. Cor- Total do Passivo Corrente; Total Pass-Total do Passivo; RO-Resultado Operacional; R.L-Resultado Líquido.

Tabela 3- Estatísticas Descritivas dos Indicadores Económicos Financeiros (Valores em milhares de meticais)

Podemos constatar que em média, e segundo o normativo atual, as empresas da amostra tem uma Autonomia Financeira na ordem dos 47%, uma Rendibilidade das Vendas de 1,05%, Rendibilidade do Ativo de 3,7% e do Capital Próprio de 1,5%. Com a transição para o novo normativo, verificou-se um acréscimo nos rácios de Liquidez Geral, Liquidez Reduzida e Rendibilidade Líquida das Vendas, e um decréscimo nos rácios de Rendibilidade do Ativo e a Rendibilidade dos Capitais Próprios. Concluímos, que em ambos

os normativos os rácios de Autonomia Financeira, o Endividamento², o ROA e o ROE³, apresentam um coeficiente de assimetria próximo do zero em ambos os normativos, ou seja, seguem uma distribuição normal.

4.2 Resultados dos testes estatísticos

4.2.1 Teste Kolmogorov – Smirnov

Os resultados do teste de aderência à normalidade, demonstram que as rubricas de Balanço e da Demonstração de Resultados, não seguem uma distribuição normal exceto: o Ativo Fixo Tangível, o Investimento, o Total do Ativo Corrente, os Empréstimos, o Total do Passivo Corrente, o Total do Passivo e o Total dos Proveitos Operacionais. Assim, serão aplicados o Teste de Wilcoxon (*signed ranks*) e o Teste do Sinal, de forma a estudar as diferenças causadas pela transição do PGC para as IFRS. Relativamente aos rácios financeiros, os testes revelam que os rácios de Autonomia Financeira, o Endividamento, o *Debt-to-Equity*, a Rendibilidade do Ativo e a Rendibilidade Operacional dos Capitais Próprios, seguem uma distribuição normal.

4.2.2 Teste T -Student

A tabela 4 apresenta os resultados referentes ao Teste T- de igualdades de médias aplicadas as rubricas que seguem uma lei normal. Os resultados indicam que se aceita a hipótese nula, e conclui-se que com a alteração do normativo PGC para as IFRS, não há diferenças estatisticamente significativas, para um nível de significância de 5%.

Descrição	t	df	Sig
Ativo Fixo Tangente	0,005	7	0,996
Investimento	0,501	7	0,631
Total Ativo Corrente	0,598	7	0,568
Empréstimo	1,295	7	0,236
Total Passivo Corrente	1,115	7	0,302
Total Passivo	2,175	7	0,066
Total Prov. Operac.	1,116	7	0,301
AF	0,413	7	0,692
End	0,251	7	0,809
D/E	1,703	7	0,132
ROA	0,218	7	0,834

² Apesar de ser o inverso da Solvabilidade, achamos á mesma constar no estudo

³ Foi excluído no cálculo do ROE de uma das amostras, por apresentar no Balanço, o valor do Capital Próprio negativo de acordo com o PGC.

ROE	0,983	6	0,364
-----	-------	---	-------

Legenda: Total Prov. Operac.- Total de Proveitos Operacionais; AF-Autonomia Financeira; End.- Endividamento; D/E- *Debt-to-Equity*; Rendibilidade Líquida das Vendas; ROA-Rendibilidade do Ativo; ROE-Rendibilidade do Capital Próprio.

Tabela 4- Resultado do Teste T- Igualdade das médias

4.2.3 Teste de Wilcoxon (*Signed ranks*)

Os resultados apresentados na tabela 5, sugerem que não existem diferenças estatisticamente significativas nas rubricas agregadas das DFS: o Total do Ativo não Corrente, o Total do Ativo, o Total do Capital Próprio, o Total do Passivo não corrente, o Total do Passivo e Capital Próprio, o Resultado Operacional, o Resultado Líquido e nos índices financeiros: a Solvabilidade, a Liquidez Geral, a Liquidez Reduzida e a Rendibilidade Líquida das Vendas, o que implica dizer que se aceita a hipótese nula.

Rubricas	Frequências	
	Estatística Z	Sig exacta (2 extremidade)
T.Ativ.N.Corr	-,000 b	1,000
T.Ativo	-,980 b	0,383
T.Cap. Próp	-,280 b	0,844
T.Pass.N.Corr	-1,014 b	0,375
T.Pass.C.Próp	-1,014 b	0,375
RO	-,169 b	0,938
R.L	-,845 b	0,469
Solv.	-,980 b	0,383
L.G	-,420 b	0,742
L.R	-,420 b	0,742
RLV	-,840 b	0,461

Teste de classificações assinadas por Wilcoxon

Com base em pontos positivos

Legenda: T. Ativ. N. Cor- Total do Ativo não Corrente; T. Ativo- Total do Ativo; T.Cap. Próp-Total do Capital Próprio; T. Pas. N. Cor- Total do Passivo não Corrente; Total Pass. C. Próp-Total do Passivo; RO-Resultado Operacional; R.L-Resultado Líquido; Solv.- Solvabilidade; LG- Liquidez geral; LR- Liquidez Reduzida; RLV- Rendibilidade Líquida das Vendas;

Tabela 5- Resultado do Teste de Wilcoxon das rubricas agregadas da DFS e os rácios financeiros

4.2.4 Teste de Sinal

Os resultados apresentados na tabela 6 mostram o número de frequências de diferenças negativas, positivas, e os vínculos das rubricas do Balanço e dos índices financeiros. No caso das diferenças negativas, observa-se que o valor de uma rubrica de

acordo com o normativo PGC é maior que a mesma rubrica, de acordo com o normativo das IFRS. No caso das diferenças positivas verifica-se o inverso. No entanto, quanto mais próximo o valor das diferenças negativas estiver próximo do valor das diferenças positivas, aceita-se a hipótese nula para a igualdade, em ambos os normativos. Quanto maior for o desfaseamento entre as diferenças negativas e as diferenças positivas, rejeita-se a hipótese nula; o que implica dizer que existem diferenças significativas entre o normativo nacional e internacional. Logo, conclui-se que existem diferenças significativas entre os dois normativos nas rubricas agregadas das DFS e os rácios financeiros: o Total do Ativo não Corrente, o Total do Ativo, o Total do Capital Próprio, o Total do Passivo não corrente, o Total do Passivo e Capital Próprio, o Resultado Operacional, o Resultado Líquido e nos índices financeiros: a Solvabilidade, a Liquidez Geral, a Liquidez Reduzida e a Rendibilidade Líquida das Vendas, o que implica dizer que se aceita a hipótese nula.

Rubricas	Frequências			Total	Estatísticas de teste a Sig exacta (2 extremidade)
	Diferenças Negativas a	Diferenças positivas b	Vínculos ^c		
T.Ativ.N.Corr	4	3	1	8	1,000 b
T.Ativo	3	5	0	8	,727 b
T.Cap. Próp	3	5	0	8	,727 b
T.Pass.N.Corr	2	5	1	8	,453 b
T.Pass.C.Próp	2	5	1	8	,453 b
RO	4	3	1	8	1,000 b
R.L	4	3	1	8	1,000 b
Solv.	5	3	0	8	,727 b
L.G	5	3	0	8	,727 b
L.R	5	3	0	8	,727 b
RLV	5	3	0	8	,727 b

Frequências: a. IFRS PGC; b. IFRS; c. IFRS=PGC

Estatísticas de teste^a : a. Teste de Sinal; b. Distribuição binomial usada

Tabela 6- Resultados do Teste do Sinal, rubrica agregada das DFS e os rácios

4.3 Comparação dos resultados com estudos anteriores

Hung & Subramanyam (2007) no seu estudo sobre o impacto das IFRS na Alemanha identificaram 3 situações principais: 1. O Total do Ativo, o valor contabilístico dos Capitais e o Resultado Líquido, são significativamente mais elevados de acordo com o normativo internacional; 2. O resultado líquido é menos importante, na valorização de acordo com o normativo internacional do que o normativo nacional, pois não existe nenhuma evidência

a sugerir que o normativo internacional melhorou a relevância do Capital Próprio e do Resultado Líquido; 3. Os ajustes do valor do Capital Próprio são relevantes, enquanto os ajustes do valor do Resultado Líquido são irrelevantes. Ames (2013) no estudo sobre as empresas da África do Sul, argumenta que não há nenhuma diferença significativa nos rácios antes e depois das IRFS, e que a qualidade da informação contabilística permaneceu inalterada após a adoção das mesmas.

Lantto & Sahlstrom (2009) conclui que, com a adoção das IFRS os resultados indicam que os rácios de rentabilidade aumentam de 9 % a 19%, o rácio de Capital Próprio aumenta, e os rácios de Liquidez diminuem. Victor (2010) estuda o impacto da adoção das IFRS nas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa e conclui que, com a alteração do normativo, existem diferenças significativas nas rubricas do Balanço: Ativo Intangível, Ativo por Impostos Diferidos, Caixa e Equivalentes, Resultado Líquido Consolidado, Interesses Minoritários, Outros Passivos não Correntes, Passivos por Impostos Diferidos, Total de Passivos não Correntes, Fornecedores, Empréstimos Correntes, Outros Credores e Passivo Total, e que em todas as rubricas registaram-se um aumento significativo com a adoção da IFRS, com exceção das rubricas: Ativos Intangíveis e Interesses Minoritários, em que a variação ocorre no sentido inverso. Na Demonstração de Resultado: o Resultado Operacional, quer o Resultado Líquido do Exercício, registaram um aumento significativo com a alteração do normativo, e nos rácios de Liquidez Reduzida, Rentabilidade Líquida das Vendas, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do Capital Próprio.

5 | CONCLUSÕES

Em suma foram analisadas as DFS 8 empresas Moçambicanas. Os resultados obtidos sugerem que com a alteração do normativo existe uma variação significativa positiva na média do Capital Próprio de 4,94% e o Resultado Líquido regista uma diminuição de 38,61%. As variações que ocorreram nas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, os resultados sugerem que se registaram diferenças significativas nas seguintes rubricas do Balanço: Ativo Fixo Intangível, Ativo Financeiros Disponíveis para Venda, Ativo por Imposto Diferido, Caixa e Equivalentes, Empréstimos, Outros Credores, Outros Passivos Correntes. Em todas as rubricas registou-se um aumento significativo com a adoção das IFRS exceto: o Investimento, o Resultado Líquido, Outros Passivos não Correntes, Passivo por Imposto Diferido. Nas rubricas da Demonstração de Resultado, o Resultado Operacional registou-se um aumento significativo ao inverso do Resultado Líquido que registou uma diminuição.

Relativamente aos Indicadores Económicos Financeiros, verifica-se que a mudança do normativo teve impacto nos rácios de Liquidez Geral, Liquidez Reduzida, Rentabilidade Líquida das Vendas e Rentabilidade dos Capitais Próprios. Este estudo teve algumas limitações relativamente aos dados disponíveis. Não foi possível obter dados para muitas empresas, o que fez com que o tamanho da amostra diminuísse significativamente. A

adoção e a divulgação da informação contabilística para as empresas em Moçambique é de carácter obrigatório, mas mesmo assim, no âmbito da recolha de informação, constatamos que são poucas as empresas que divulgam essas informações.

5.1 Trabalhos futuros

- Analisar o impacto da adoção das IFRS em vários países da África;
- Analisar o grau de conformidade da aplicação do novo normativo, bem como, o impacto da sua adoção na qualidade da informação relatada.

REFERÊNCIAS

Alp, A. & Ustundag, S. (2009). Financial Reporting Transformation : The Experience of Turkey. *Critical Perspectives on Accounting*, 20, pp.680–699.

Ames, D. (2013). IFRS adoption and accounting quality : The case of South Africa. *Journal of Applied Economics and Business Research*, 3(3), pp.154 – 165.

Bolsa de Valores de Moçambique. Available at: <http://www.bvm.co.mz> [Accessed March 6, 2016].

Assenso-Okofu, Ali, M. & Ahmed, K. (2011). The Development of Accounting and Reporting in Ghana. *International Journal of Accounting*, 46(4), pp.459–480.

Ball, R., Robin, A. & Shuang, J. (2003). Incentives versus standards : properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36, pp. 235–270.

Boletim da República, I Série- Número 50, Decreto nº 70/2009 de 22 de Dezembro

Carlson, P. (1997). Advancing The Harmonisation of International Accounting Standards : Exploring an Alternative Path. *The International Journal Accounting*, 32(3), pp. 357–378.

Chamisa, E. (2000). The Relevance and Observance of the IASC Standards in Developing Countries and the Particular Case of Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 35(2), pp. 267–286.

Chaney, P, Faccio, M. & Parsley, D. (2011). The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of Accounting and Economics*, 51 (1–2), pp. 58–76.

Chen, H. et al. (2010). The Role of International Financial Reporting Accounting Quality: Evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21 (3), pp. 220–278.

Cordeiro, R., Silva, F. & Couto, G. (2007). Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting : The Case of Portugal. , pp.1–22. Available at SSRN 969972.

Emeni, F. kehinde, (2004). Foreign Direct Investments and International Financial Reporting Standards Adoption in Africa. *Journal of Business Management*, 13 (3), pp. 24 - 44.

Hung, M. & Subramanyam, K.R. (2007). Financial statement effects of adopting international accounting standards : the case of Germany. *Review of accounting studies*, 12 (4), pp. 623 –657.

Iatridis, G. (2008). International Financial Reporting Standards and the Quality of Financial Statement Information; An Investigation of Earnings Management and Value Relevance. *Lecturer in Accounting and Finance, Department of Economics University of Thessaly*, pp. 88–136.

Instituto Nacional de Estatística, (2012). Indicadores Economico-financeiro das empresas. Available at: <http://www.ine.gov.mz/acesso> [Accessed March 7, 2016].

KPMG (2011). AS 100 maiores empresas em Moçambique. *Revista da KPMG XIII edição*. Available at: www.academia.edu/ [Accessed February 29, 2016].

Lantto, A.M. & Sahlström, P. (2009). Impact of IFRS Adoption on Key Financial Ratios. *Accounting & Finance*, 49 (2), pp. 341–361.

Madawaki, A. (2012). Adoption of International Financial Reporting Standards in Developing Countries : The Case of Nigéria. *International Journal of Business and management*, 7 (3), pp. 152–161.

Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS statistics 6ª Edição*, Portugal.

Murphy, A. (2000). The Impact of Adopting International Accounting Standards on the Harmonization of Accounting Practices. *The International Journal of Accounting*, 35 (4), pp. 471–493.

Navarro-García, J. & Bastida, F. (2010). An empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), pp. 110–120.

Neves, J. (2012). *Análise e Relatos Financeiros-Uma Visão integrada 5th ed. T. Editores, Portugal*.

Niyama, J. (2005) *Contabilidade Internacional .Atlas, São Paulo*

Nobes, C. (2008). Accounting classification in the IFRS Era. *Australian Accounting Review*, 18 (3), pp. 191–198.

Nobes, C. (2011). IFRS Practices and the Persistence of Accounting System Classification. *Abacus*, 47 (3), pp. 267–283.

Nobes, C. & Parker, R. (2008). *Comparative International Accounting 10th ed. P. Education, England*.

Prestana, M. H. & Gageiro, N.J. (2000). *Análise de dados para Ciências Sociais A complementariedade do SPSS 2.ªed. Edições, Silabo, Lisboa*.

Santos, L. L. (2006). *Contabilidade internacional- Comparação das normas contabilísticas para as empresas não financeiras nos países lusófonos. 1ª Edição. Vida Economica-Editorial SA, ed.Porto*.

Stainbank, L. J. (2014). Factors Influencing the Adoption of International Financial Reporting Standards by African. *South African Journal of Accounting Research*, 28 (1), pp. 79- 95.

Victor, R. (2010). O impacto da adopção das IAS/IFRS nos indicadores economicos financeiros das empresas cotadas na euronext Lisboa. *Tese de Mestrado no Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão*.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção das IFRS 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 28, 29

C

Capital humano 3, 66

Capitalista 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Catadores de materiais recicláveis 32, 34, 35, 39, 40, 41

Contabilidade 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 30, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 72, 73, 74

Crítica 5, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 67

D

Desenvolvimento econômico 1, 2, 3, 7, 10, 11

Desvalorização 50, 51, 56, 61

Discriminação 50, 58, 59

E

Economia da educação 1, 2, 3, 7, 11

Empresas 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 66

Escolaridade 6, 11, 34, 35, 37, 57, 59, 61

Estado 5, 6, 7, 8, 9, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

M

Mão de obra 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61

Moçambique 13, 14, 15, 16, 21, 29, 30

P

Percepção de riscos 32, 34

Política educacional 1, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12

R

Resíduos sólidos 31, 32, 33, 37, 40, 41

S

Saúde ocupacional 32

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3

